

Aprovado por unanimidade
em 22 votos 1 a favor do
PSD, 4 do PS, 1 de
independente 1 da CDU
e 1 abstenção da CDU
20/9/08

ACTA 3/2008

-- Aos vinte e seis dias de Junho do ano de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e oito, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. - Relatório e Contas do ano de 2007; 3) TAPADA NACIONAL DE MAFRA - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental - Relatório e Contas do ano de 2007; 4) MAFRATLÂNTICO - Vias Rodoviárias, EM - Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2007; 5) AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - Conta de Gerência, Balanço e Relatório de Actividades de 2007; 6) PAVIMAFRA - Infraestruturas e Rodovias, EM - Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2007; 7) GIATUL - Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, EM - Relatório e Contas do exercício de 2007 e Plano Plurianual 2007-2008; 8) Matadouro Regional de Mafra, S.A. - Relatório e Contas do Exercício de 2007; 9) SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. ----- Relatório e Contas de 2007. -----

-- Passavam dez minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o senhor Carlos Alberto dos Reis substitui nesta Assembleia o senhor Luís Ribeiro Alves; o senhor José Alves Nascimento substitui o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Encarnação; o senhor Presidente da Junta Freguesia da Carvoeira foi substituído pela senhora Elisabete Ferreira; o senhor Domingos Janota foi substituído pela senhora Célia Rolo Vicente; a senhora Presidente da Junta da Freguesia da Azueira foi substituída pelo senhor Carlos Maia. Foram igualmente apresentados os pedidos de justificação do senhor Presidente da Junta da Freguesia do Milharado, da senhora Leonor Coutinho e do senhor Joaquim Cruz. -----

-- O Secretário da Mesa, Senhor José Eduardo Nogueira Simões, fez a chamada. ---

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "recebemos ontem, dirigida pelo Presidente da Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal de Mafra, um ofício a solicitar a designação do representante da Comissão de Acompanhamento, isto ao abrigo de um Decreto-lei e Portaria saída no final do ano passado, houve uma alteração à forma de representação do acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal, daí que, face à importância desta deliberação, proponho à Assembleia a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos." -----

-- Não havendo intervenções, passou-se à votação da inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Iniciou-se o período antes da Ordem do Dia. -----

-- A Senhora Paula Raposo Borges disse que "eu julgo que a maioria dos presentes saberá, por esta altura, que eu sou jurista e não economista, contudo, a objectividade, a expressividade e a eloquência dos indicadores que hoje venho trazer ao conhecimento desta Assembleia são, seguramente, suficientes para suprir esta minha falha. Estou a reportar-me ao quarto Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses que é relativo ao ano de dois mil e seis e que foi agora tornado público. O Núcleo de Estudos de Administração e Políticas Públicas da Universidade do Minho, em dois mil e quatro, viu aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia um projecto de investigação denominado «A eficiência no uso dos recursos públicos dos Municípios Portugueses» e que tem por objectivos principais os seguintes: verificar a fiabilidade da informação orçamental, financeira, económica e patrimonial que está reflectida nas contas dos municípios e, também, construir uma base de dados com informação sobre os municípios portugueses nos

termos do POCAL, a ser actualizada periodicamente e que servirá de suporte não só à investigação em finanças e contabilidade autárquica, mas também ao desenvolvimento de outros estudos sobre a gestão financeira dos municípios. No âmbito deste projecto, em quinze de Junho de dois mil e cinco foi publicado o primeiro Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses onde foram analisadas as contas de cento e setenta e cinco municípios relativos, desta feita, ao ano de dois mil e três. O quarto Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, cujos dados hoje trago aqui ao vosso conhecimento, e que é referente às contas de dois mil e seis, foi agora publicado. No ano passado, o Grupo Parlamentar Municipal do PSD trouxe à discussão o terceiro Anuário Financeiro para apreciação dos valores atingidos pelo Município de Mafra. Este ano propomo-nos a fazer exactamente o mesmo exercício, evidenciando os seguintes indicadores financeiros de gestão do município: primeiro, vou-me reportar aos rácios de dependência financeira. «Municípios que apresentam maior independência financeira», resultando do confronto entre receitas próprias e receitas totais, Mafra apresenta-se em décimo nono lugar; segundo, «Municípios que não recorreram a empréstimos bancários em dois mil e seis e que tinham recorrido em dois mil e cinco», Mafra está incluída neste quadro. Relativamente aos rácios de receitas e resultados, primeiro «Municípios com maior peso de receitas provenientes de impostos» e que, portanto, fazem o confronto entre, por um lado, impostos directos, indirectos e taxas e, por outro lado, receitas correntes, receitas de capital, reposições, Mafra apresenta-se em vigésimo segundo lugar. Outro indicador «Municípios com menor peso de receitas de impostos e taxas por habitantes», este indicador é particularmente relevante porque Mafra apresenta-se em vigésimo segundo lugar. E é particularmente relevante porquê? Porque o Partido Socialista em Mafra tem contestado durante este mandato o alegado excessivo peso da receita dos impostos no orçamento do Executivo, sendo, aliás, recorrente a sugestão de uma diminuição de taxas e de impostos. Ora, é preciso salientar que, nos termos do relatório que nós aqui estamos a analisar, Mafra apresenta-se em melhor posição do que os seguintes pares na Área Metropolitana de Lisboa: Cascais, Oeiras, Sintra, Odivelas, Loures, Lisboa, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Sesimbra, Montijo e Palmela. Mafra neste indicador está em muito melhor posição do que cerca de sessenta e cinco por cento dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, o que, penso eu, é um dado que desmonta, insofismavelmente, esta alegação recorrente por parte do Partido Socialista. Passemos agora aos «Municípios com maior grau de receita cobrada», Mafra apresenta-se em primeiro lugar, nós sabemos que o Executivo trabalha, mas o facto de Mafra estar em primeiro lugar no grau de execução de receita cobrada deve merecer o nosso destaque, julgo que não é excessivo endossar os nossos parabéns ao Executivo pelo excelente grau de execução demonstrado. Em relação a outro indicador que faz um confronto entre os «Municípios que apresentam um menor peso de despesas com pessoal nas despesas totais», aqui Mafra, felizmente, já não está no primeiro lugar, está no décimo nono. Quanto aos «Municípios que apresentam maior peso das despesas de investimento, em termos de despesas totais», Mafra apresenta-se em décimo nono lugar. Já no que diz respeito aos «Municípios com maior rácio de receitas liquidadas», Mafra volta a apresentar-se em primeiro lugar. Por fim, ainda dentro dos rácios de receitas e resultados, temos os «Municípios com maiores resultados económicos, em valores absolutos», Mafra apresenta-se em vigésimo terceiro lugar. Passemos agora aos rácios que tratam do endividamento e do passivo, o primeiro deles fala-nos dos «Municípios com menor passivo exigível em dois mil e seis por habitante», Mafra apresenta-se em vigésimo primeiro lugar. Em relação aos «Municípios com menor índice de endividamento líquido por habitante», Mafra apresenta um resultado de quinze ponto dois euros por habitante, mais uma vez, também aqui o Partido Socialista de Mafra deste mandato chamou várias vezes à colação a alegada dimensão excessiva de passivo por habitante. Pensamos que estes dois últimos indicadores demonstram claramente que não existem quaisquer razões para receio. Relativamente aos «Municípios com maior liquidez em dois mil e

seis», Mafra apresenta-se em nono lugar. Quanto aos «Municípios com menor índice de dívidas a fornecedores, relativamente às receitas do ano anterior», Mafra está incluída neste quadro, com dois vírgula cinco por cento. Quanto aos «Municípios com menor índice de endividamento líquido», Mafra apresenta um endividamento líquido de um milhão, doze mil e cento e vinte e nove euros. Quanto aos «Municípios com menor índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior», Mafra tem, neste indicador em particular, cento e dois por cento. Este relatório faz um *ranking* global de todos os municípios considerados da seguinte forma: agrega dez indicadores para chegar a uma visão global sobre o comportamento económico/ financeiro e de execução dos vários municípios. Neste *ranking* global Mafra surge em primeiro lugar, portanto, tal significa que, segundo este indicador global, Mafra é a autarquia com a gestão financeira, económica e patrimonial mais equilibrada do país, nos termos de um *ranking* global que consta do referido Anuário dos Municípios Portugueses de dois mil e seis, apresentado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Por tudo o que foi explicado, foi, obviamente, com um indisfarçável orgulho que trouxe ao vosso conhecimento os dados deste relatório, na medida em que ele traduz a confirmação que este Executivo liderado pelo Engenheiro Ministro dos Santos, mas também com o apoio desta Assembleia Municipal, conduziu o Concelho ao topo da gestão autárquica nacional." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "permita-me que, de início, saúde o regresso do nosso companheiro Secretário da Mesa, José Eduardo Nogueira Simões, a sua participação em prol do Concelho é importante. Seguidamente, queria elogiar a Câmara Municipal de Mafra pelas comemorações do Dia do Município, creio que, de uma forma singela, dignificou-se aquele que é o dia da Autarquia. As homenagens foram mais que justas, houve o cuidado de atribuir o mérito a quem o tem e acho que é uma iniciativa louvável que deve continuar no futuro porque, de facto, é uma maneira importante de assinalar o nosso Concelho e dar também a imagem dos nossos cidadãos que contribuem pelo Concelho, daí saudar também a atribuição das medalhas quer à professora Luísa Barros, quer ao senhor Sarmeno Leitão, quer também à Frutoeste. Depois, e já que estou em matéria de felicitações, gostaria de felicitar a Junta da Freguesia da Ericeira pelo prémio da Quercus. É evidente que, ao longo dos anos, a Junta da Freguesia da Ericeira tem inovado nas questões do ambiente, já fazia a recolha da cortiça e só agora se vai fazer uma campanha nacional de recolha da cortiça, em relação à questão do óleo a Ericeira também é pioneira. É claro que sempre que se inventa uma coisa na Ericeira não se pode vir aqui agradecer, como o prémio Quercus engloba todo o trabalho feito nos últimos tempos. Normalmente, quando a Quercus apresenta algo de negativo, toda a gente vem aqui falar na Quercus, quando a Quercus fala bem as pessoas têm tendência a esquecer. Este prémio para a Junta da Freguesia da Ericeira foi merecido, é também uma forma de dar apoio à Ericeira na luta que tem contra o Estado, naquela querela que é de todo surreal, portanto, acho que, para além da questão política inerente, o mérito está lá e o trabalho foi feito e elogiado de Norte a Sul do país. Uma vez que estou a falar da Ericeira, ao longo dos anos tenho vindo aqui várias vezes perguntar qual é o ponto de situação do Porto de Pesca da Ericeira, sei que houve novas medidas, foi anunciado, gostaria de, se possível, alguém do Executivo me esclarecesse. Por outro lado, gostaria de saber também qual é ponto de situação das obras na Foz do Lizandro, sabendo que é uma obra essencialmente da responsabilidade da CCDR, no entanto, normalmente a Câmara costuma cumprir com as datas e estar tudo pronto a tempos e horas, desta vez a época balnear começou e a obra ainda está a decorrer. Por último, relativamente à questão de obras, já há datas previstas para a inauguração da A vinte e um e do último troço da CRIMA?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal Mafra, José Maria Ministro dos Santos, respondeu dizendo que "as obras no Porto da Ericeira, tanto quanto me foi dado a conhecer, têm a ver com o prolongamento e a nova delimitação daquele molhe norte, isto a primeira fase, e demorará cerca de um ano, mais precisamente vinte

meses, com a *nuance* de obras marítimas serem muito complicadas, é provável que haja prolongamento no tempo. De qualquer forma, já começaram e isso é que importa. Numa segunda fase, foi dito na altura, tem a ver com a construção do molhe sul, voltar a agarrar aquela ideia há muito definida do cais para barcos de recreio. Em relação ao segundo molhe, o concurso já foi lançado e partirá da zona das Furnas. Julgo que daqui por três, quatro anos as coisas poderão estar diferentes. A Câmara é que é o motor da obra, a CCDR comparticipa através do QCA III para o financiamento da obra. No dia quatro de Julho vamos fazer uma visita à obra, vem cá o Presidente da CCDR, estamos a tentar convence-lo a fazer um novo acesso à Foz do Lizandro que irá dar a Fonte da Brincosa. A CCDR não está muito convencida, alguns fundamentalistas da CCDR, nós estamos convencidos que iremos levar a nossa ideia avante, vamos ter uma reunião *in loco* para permitir sensibilizar as pessoas para a necessidade de uma nova área de acesso. Durante o mês de Julho, mais para o fim, a obra estará concluída. A A vinte e um estará pronta no dia quatro de Julho, pese embora o facto de ainda poderem continuar a acontecer trabalhos dos taludes, não de estabilização, mas de arranjos, de redefinição de algumas obras adicionais que não prejudicarão, de todo, o trânsito naquele troço. A CRIMA três está mais atrasada, julgamos que lá para meados de Setembro, Outubro." -----

-- Não se verificando intervenções, passou-se ao período da Ordem do Dia, tendo sido introduzido o primeiro ponto relativo à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. Não havendo intervenções, prosseguiu-se com o segundo ponto sobre a MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. – Relatório e Contas do ano de dois mil e sete. A Assembleia tomou conhecimento. Foi introduzido o ponto número três sobre a TAPADA NACIONAL DE MAFRA – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental – Relatório e Contas do ano de dois mil e sete. A Assembleia tomou conhecimento. Seguiu-se o ponto número quatro sobre a MAFRATLÂNTICO – Vias Rodoviárias, EM – Relatório de Gestão e Contas do Exercício de dois mil e sete. ----

-- O Senhor Manuel Pimenta interveio dizendo que "tenho aqui várias questões a levantar. Em relação às questões operacionais, notoriamente a obra de engenharia que liga a A vinte e um à A oito é uma obra complicada, é uma obra com pouca extensão, tem várias PS; tem uma PI; tem desnivelamento na via ascendente, em relação à via descendente. Houve várias translações de trânsito. Eu tenho alguma experiência e trabalho numa construtora, tenho dúvidas se a opção estratégica de fazer aquela obra com tráfego a fluir se foi a melhor, tendo em conta os custos finais, o tempo e as complicações que está a ter. Como é uma obra da Mafratlântico, qual é o valor final e o tempo previsto, comparando com o tempo e o valor previsto inicialmente? Estou a fazer esta questão no sentido de aprendermos. Pouca extensão numa obra complicada em termos de engenharia, quase que era preferível dizer-se que se fecha aquele troço durante algum tempo, faz-se a movimentação de tráfego por outro lado, obviamente, nós obteríamos a obra mais perfeita, mais rápida e com menos dinheiro. Isto teria que ser explicado às pessoas que utilizam. As movimentações de trânsito que têm sido feitas, houve ali muitos problemas. Em relação à ligação que está a ser feita, eu tenho dúvidas em relação à solução, quatro de Julho está finalizado, eu tenho dúvidas. Pode-se fazer inauguração com as portagens, mas vai haver ali estrangulamento, problemas de translação de trânsito naquela zona por baixo daquela PI, penso eu. Nós estamos em finais de Junho, se a inauguração é já dia quatro de Julho não sei. Relativamente ao troço Mafra – Ericeira, o consórcio tem em reclamação trabalhos a mais, não está enunciado em qualquer documento qual é o montante e, percentualmente, quanto é que é em relação ao valor inicialmente adjudicado, há uma reclamação, pelo menos está lá explícito, eu posso depois mostrar nos documentos. Sobre a questão financeira da Mafratlântico, gostaria de dizer que com a crise dos combustíveis fósseis e com o que está a acontecer no mercado dos combustíveis, as empresas que estão em exploração de concessões andam angustiadas, como sabem, só se paga havendo um percurso alternativo gratuito, as

peçoas podem optar. A Mafratlântico tem um empréstimo para fazer estes três troços de cento e sessenta e dois milhões de euros, devem ter no *project finance* um tempo para angariar as receitas para pagar esses empréstimos. Tudo o que nos luz hoje aos olhos pode trazer, daqui a algum tempo, algumas surpresas. Eu dou os parabéns, e também aqui em relação a Mafra, Mafra foi avaliada pela positiva. Aquela crítica que eu fiz em relação à dívida, no início desta legislatura, eu vejo a curva da dívida da Câmara a decrescer, é um dado positivo, mas eu também acho que a minha intervenção e a do Partido Socialista também foi contributiva. Alertei que, naquela altura, cada agregado familiar, além das dívidas que tinha em casa com os carros, entre outros, devido a ser munícipe de Mafra tinha uma dívida de setecentos e cinquenta euros, agora já não tem e, nesse aspecto, houve uma acção positiva da questão económica-financeira da Câmara." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que "custa-lhes a admitir que estamos a fazer um bom trabalho, mas vão deixando qualquer coisa no ar. Estamos a construir escolas e se daqui por dois anos não houver crianças? Nós temos que continuar a alugar as escolas. Tudo o que estamos a fazer em termos de futuro tem sempre este senão, mas este senão está garantidamente pensado, claro que há variações. Estamos conscientes de que as dificuldades acontecem, de que é preciso fazer os investimentos com o mínimo de risco possível, estamos a falar de dinheiros públicos, como é óbvio, mas não vamos deixar de os fazer porque senão ficamos completamente paralisados. O país precisa que alguém faça alguma coisa. Relativamente à questão da interrupção do tráfego, nós pressionámos e estávamos dependentes não só da EP, mas também das Auto-Estradas do Atlântico, que são as duas entidades que interferem naquele troço. Eu apercebi-me logo da dificuldade de gestão de tráfego e da obra. A obra tem um custo acrescido exigido e imposto pelo EP e pelas Auto-Estradas do Atlântico, que não deixaram encerrar o trânsito. A obra seria mais rápida, não provocávamos tantas interrupções, com os problemas inerentes, num dia passamos num circuito, à tarde já passamos noutro, não pudemos. Na Ericeira-Mafra tem trinta por cento de obra a mais, devo dizer que está em discussão no Tribunal Arbitral com um julgamento de um pedido de dezassete milhões de euros. Nós entendemos que não, nem razões técnicas, nem jurídicas. Neste momento, foi constituído um Tribunal Arbitral, já se fizeram as alegações e estamos a aguardar a douda sentença porque era o último recurso. Em relação à taxa de juro, a nossa é fixa, é de cinco vírgula vinte e cinco. " -----

-- Não se verificando mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto. Introduziu-se o ponto número cinco sobre a AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – Conta de Gerência, Balanço e Relatório de Actividades de dois mil e sete. -----

-- O Senhor Manuel Pimenta disse que "eu não sou maldizente por natureza, eu falo sempre com consciência e quando levanto as questões são com fundamento. Em relação a esta empresa, olhamos para a AMTRES e vemos que é uma empresa à deriva, é uma empresa que, financeiramente, economicamente e em termos de estratégia, tem problemas. Passo a enunciar para justificar um pouco isto: no exercício de dois mil e sete, houve um saldo de meio milhão de contos negativos, nota-se que, das quatro Câmaras, Mafra optou por criar uma central de incineração, o biodigestor e o aterro sanitário. Sintra tem também uma estratégia um pouco diferente, ou seja, há uma sociedade de quatro Câmaras para a recolha e tratamento dos resíduos sólidos e depois cada um dos parceiros anda a tentar resolver as coisas da melhor maneira. Isto não é uma empresa, isto tem que ser tudo repensado, penso eu. As Câmaras têm arrastado dívidas em relação à AMTRES, há qualquer coisa que não funciona nesta empresa. Se o Anuário fosse também fazer uma análise detalhada das empresas municipais, às vezes não era tão bom como apresentam." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "isto não é uma empresa, é uma associação de municípios. Mafra não deve nada à AMTRES, mas tem havido vicissitudes várias, projectos e alterações, não é verdade que cada município esteja

a tentar resolver os seus resíduos, existe é uma estratégia da Tratolixo, que é detida cem por cento pela AMTRES, que tem como objectivo encaminhar para algumas soluções que não o aterro de Trajouce, as trezentas e cinquenta mil toneladas que nós recolhemos durante o ano. No âmbito destes encaminhamentos estratégicos, há ainda um vazio de cem mil toneladas por ano nas três linhas que estão em queima na Valorsul, como tal, se o carro, por exemplo, carrega seis metros cúbicos, se eu só tenho cinco, alguém que ponha um metro cúbico para não perder o transporte, isso foi feito. Foi feita uma reunião entre a direcção da Tratolixo, e comunicada à AMTRES, com a Valorsul e com o patrocínio do Secretário de Estado, o Estado é o detentor maioritário da Valorsul para colmatar aquela falha, aquela necessidade, de cem mil toneladas. Isso não é um encaminhamento do município A, B ou C, são os resíduos sólidos de Mafra que vão todos para a Valorsul, entendemos que, em questões de estratégia, era melhor levar à Valorsul do que ir à AMTRES e depois, eventualmente, para lá. Neste momento, são os resíduos de Mafra que estão a ir para a Valorsul, mas irão até estas situações não estarem devidamente definidas. O problema dos resíduos é um problema muito complicado e exige de todos a melhor atenção e um particular cuidado quando se fala desta situação. Trezentas e cinquenta mil toneladas de lixo é obra. Tem-se tentado encontrar a melhor solução, já várias situações se puseram, neste momento já o biodigestor complementa uma parte do tratamento que vai ser feito em Trajouce. Há três soluções depois do biodigestor: o Valorsul queima, o biodigestor aqui em Mafra e a compostagem em Trajouce. Nestes três sítios vão ser tratadas trezentas e cinquenta mil toneladas de lixo." -----

-- A Assembleia tomou conhecimento deste ponto. Prosseguiu-se com o ponto número seis relativo à PAVIMAFRA – Infraestruturas e Rodovias, EM – Relatório e Contas do Exercício de dois mil e sete. -----

-- O Senhor Manuel Pimenta referiu que "o único reparo que eu vi aqui no exercício de dois mil e sete é que no volume de negócios e nos investimentos que foram cerca de sete milhões de euros, setecentos e cinquenta mil euros, cerca de dez por cento foram investidos na questão do saneamento básico. Penso que para as principais carências que há nas freguesias, acho que é muito pouco." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "o que vem aí referido são as obras que a Pavimafra fez. O que a Câmara faz não vem aí referido." -----

-- A Assembleia tomou conhecimento deste ponto. Introduziu-se o ponto número sete sobre a GIATUL – Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, EM – Relatório e Contas do Exercício de dois mil e sete e Plano Plurianual dois mil e sete – dois mil e oito. Não havendo intervenções, a Assembleia tomou conhecimento. Foi introduzido o ponto número oito relativo ao Matadouro Regional de Mafra, S.A. – Relatório e Contas do Exercício de dois mil e sete. A Assembleia tomou igualmente conhecimento. Prosseguiu-se com o ponto número nove referente à SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. – Relatório e Contas de dois mil e sete. -----

-- O Senhor Manuel Pimenta disse que "contrariando a pouca tendência que eu dizia do passado, até vou dizer bem. Esta empresa tinha uma dívida e começou a ter uma situação económica-financeira equilibrada. Vamos analisar porque é que isto aconteceu e de quem é a responsabilidade desta inversão. O Partido Socialista ao tomar o poder na Câmara Municipal de Lisboa resolveu o problema da Simtejo, ou seja, no final do ano de dois mil e sete aplicou cerca de oitenta milhões de euros para resolver o problema. A mudança política fez com que a nova perspectiva do Partido Socialista em relação à Simtejo fizesse com que a empresa invertesse e hoje mostrasse já uma situação económica-financeira equilibrada." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo interveio dizendo que "é evidente que nós, enquanto munícipes em Mafra, cumpridores como sempre fomos, ficamos felizes quando os nossos parceiros em associações ou em empresas pagam aquilo que devem. Agora, também é verdade, é que o esforço titânico do senhor Presidente da Câmara

António Costa também tem muito a ver com o esforço das verbas que começaram a ser transferidas do orçamento central para a Câmara de Lisboa que nunca foram." -

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "a Câmara Municipal de Lisboa liquidou a dívida, sem dúvida, mas ela começou no tempo do João Soares. A Câmara de Lisboa nunca pagou nada para a Simtejo. Ainda era o Engenheiro Sócrates Secretário de Estado e o Mário Lino Presidente da ADP e a Câmara de Lisboa nunca pagou nada. A dívida foi-se acumulando e nunca pagou o prejuízo que causou a todos os cidadãos que estavam dependentes da Simtejo à espera das redes em alta e em baixa. Agora foi pago, mas há um prejuízo inerente ao atraso das obras. Mafra e Vila Franca de Xira foram os únicos municípios que sempre tiveram as contas em dia com a Simtejo. Vai ser assinado aqui em Mafra o auto de consignação da estação de tratamento da Foz do Lizandro." -----

-- A Assembleia tomou conhecimento deste ponto. Concluído o período da Ordem do Dia, a Assembleia aprovou a inclusão de um ponto suplementar relativo à designação de um representante da Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal de Mafra. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo informou que "em nome da bancada do Partido Social Democrata, nós indicamos o nome da Doutora Paula Raposo Borges para integrar a referida comissão, uma vez que entendemos pela complexidade da matéria, e tendo em conta também a especialidade da Doutora na área do Direito e na área do urbanismo, que seja pessoa mais competente para esta comissão." -----

-- Não se verificando outra indigitação, procedeu-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por maioria com trinta votos a favor e duas abstenções. Sem intervenções por parte do público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a segunda sessão ordinária do ano de dois mil e oito da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam quinze minutos das vinte e duas horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: senhor Luís Ribeiro Alves, substituído pelo senhor Carlos Alves Reis; senhor Nuno Sardinha, substituído pelo senhor José Alves Nascimento; senhor António Machado, substituído pela senhora Elisabete Ferreira; senhor Domingos Janota, substituído pela senhora Célia Rolo Vicente; senhora Presidente da Junta da Freguesia da Carvoeira, substituída pelo senhor Carlos Maia; senhor Paulo Ricardo; senhor Joaquim Cruz; e senhora Leonor Coutinho. Verificaram-se, igualmente, as ausências dos seguintes elementos: senhor Daniel Marchante, senhora Olga Pires e Samuel Estêvão. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, José Eduardo Nogueira Simões, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. --